



***Política de Certificado A3 da
Autoridade Certificadora VALID JUS
(PC A3 da AC VALID JUS)***

**OID: 2.16.76.1.2.3.44
DPC da VALID JUS
Versão 6.0
Fevereiro de 2022**

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Visão Geral.....	6
1.2. Nome do Documento e Identificação	6
1.3. Participantes da ICP-Brasil.....	7
1.4. Usabilidade do Certificado.....	8
1.5. Política de Administração.....	9
2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO.....	11
2.1. Repositórios	11
2.2. Publicação de informações dos certificados.....	11
2.3. Tempo ou Frequência de Publicação	11
2.4. Controle de Acesso aos Repositórios	11
3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO	11
3.1. Nomeação.....	11
3.2. Validação Inicial de Identidade.....	11
3.2.6. Validação das autoridades	11
3.2.7. Critérios para interoperação	11
3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves.....	12
3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação	12
4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO ..	12
4.1. Solicitação do certificado.....	12
4.2. Processamento de Solicitação de Certificado	12
4.3. Emissão de Certificado.....	12
4.4. Aceitação de Certificado.....	12
4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado	12
4.6. Renovação de Certificados	13
4.7. Nova chave de certificado	13
4.8. Modificação de certificado	13
4.9. Suspensão e Revogação de Certificado	14
4.10. Suspensão e Revogação de Certificado	14
4.11. Encerramento de atividades.....	14
4.12. Custódia e recuperação de chave.....	14

5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES	15
5.1. Controles físicos	15
5.2. Controles Procedimentais	15
5.3. Controles de Pessoal	15
5.4. Procedimentos de Log de Auditoria	16
5.5. Arquivamento de Registros	16
5.6. Troca de chave.....	16
5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre	16
5.8. Extinção da AC.....	17
6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA.....	17
6.1. Geração e Instalação do par de chaves.....	17
6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico	20
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves.....	21
6.4 Dados de Ativação	22
6.5 Controles de Segurança Computacional.....	22
6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida.....	23
6.7. Controles de Segurança de Rede	23
6.8 Carimbo de Tempo.....	24
7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP	24
7.1 Perfil do Certificado	24
7.2. Perfil de LCR	34
8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES.....	35
8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações	35
8.2. Identificação/Qualificação do avaliador	35
8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada	35
8.4. Tópicos cobertos pela avaliação	35
8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência	35
8.6. Comunicação dos resultados	35
9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS	35
9.1. Tarifas	35
9.2. Responsabilidade Financeira	35

9.3. Confidencialidade da informação do negócio.....	35
9.4. Privacidade da informação pessoal.....	36
9.5. Direitos de Propriedade Intelectual	36
9.6. Declarações e Garantias.....	36
9.7. Isenção de garantias	36
9.8. Limitações de responsabilidades	36
9.9. Indenizações	36
9.10. Prazo e Rescisão	36
9.10.1. Prazo	36
9.10.2. Término	36
9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência	36
9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes.....	36
9.12. Alterações	36
9.12.1. Procedimento para emendas	36
9.15. Conformidade com a Lei aplicável	37
9.16. Disposições Diversas	37
10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS.....	37

CONTROLE DE ALTERAÇÕES:

Versão	Data	Resolução que aprova a alteração	Item Alterado	Descrição da Alteração
2.0	27/09/2017	Adequação da PC	Diversos	Adequação da PC
3.0	29/06/2019	Resolução n.151	Diversos	Adequação para atender resolução
4.0	22/06/2020	Resolução 155 e Resolução 169 de abril de 2020	8.2.2, 8.3 - 7.1.4.1	Adequação para atender resolução - Inclui no certificado digital a informação de como foi realizada a identificação do titular.
5.0	07/01/2021	Resolução 179	Diversos	Adequação para atender resolução
6.0	16/02/2022	Resolução 197	Diversos	Adequação para atender resolução

1. INTRODUÇÃO

1.1. Visão Geral

1.1.1. Esta Política de Certificados (PC) descreve as características e as utilizações dos certificados de Assinatura Digital do tipo A3, emitidos pela Autoridade Certificadora AC VALID-JUS, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Os certificados digitais emitidos sob a cadeia da AC VALID-JUS são denominados certificados Cert-JUS.

1.1.2. A estrutura desta PC está baseada no DOC-ICP-04 – REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL.

1.1.3 O tipo de certificado emitido sob esta PC é o Tipo A3.

1.1.4 Não se aplica.

1.1.5 Certificados do tipo A3, de assinatura, podem ser emitidos pela AC VALID JUS para pessoas físicas e pessoas jurídicas.

1.1.6 Não se aplica.

1.1.7 Não se aplica.

1.1.8 Não se aplica.

1.1.9 Não se aplica.

1.1.10 Não se aplica.

1.1.11. Não se aplica.

1.1.12. Não se aplica.

1.2. Nome do Documento e Identificação

1.2.1. Esta PC é chamada “Política de Certificado de Assinatura Digital Tipo A3 da Autoridade Certificadora VALID JUS” e referida como “PC A3 da AC VALID JUS”. O *Object Identifier* (OID) atribuído para esta PC, após processo de credenciamento da AC junto à ICP-Brasil, é: **2.16.76.1.2.3.44**.

1.2.2. Não se aplica.

1.3. Participantes da ICP-Brasil

1.3.1. Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. Esta PC é implementada pela Autoridade Certificadora AC VALID JUS, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil, sob a hierarquia da Autoridade Certificadora AC JUS, que por sua vez está subordinada hierarquicamente à Autoridade Certificadora Raiz Brasileira.

1.3.1.2. As práticas e procedimentos de certificação utilizados pela AC VALID JUS estão descritas em sua Declaração de Práticas de Certificação (DPC da AC VALID JUS) que se encontra publicada no seu repositório, no seguinte endereço: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=315>

1.3.2. Autoridades de Registro

1.3.2.1 A AC VALID JUS mantém página web e/ou diretório com endereço: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=315> onde estão publicados os seguintes dados, referentes às Autoridades de Registro (ARs) que realizam os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes:

- a) Relação de todas as ARs credenciadas;
- b) Relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC VALID JUS, com respectiva data do descredenciamento.

1.3.2.2. A AC VALID JUS mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.3 Titulares de Certificado

Os certificados digitais Cert-JUS Institucional destinam-se exclusivamente aos agentes públicos do Poder Judiciário, autorizados pela autoridade competente do seu órgão de lotação a recebê-los e identificam os titulares do certificado não só como indivíduo, mas também como servidor do órgão do Poder Judiciário em que está lotado. Os certificados digitais Cert-JUS Institucional PODEM ser emitidos para MAGISTRADOS do Poder Judiciário

Os certificados digitais Cert-JUS Poder Público destinam-se exclusivamente a agentes públicos, autorizados pela autoridade competente do seu órgão de lotação, a recebê-los. O certificado Cert-JUS Poder Público identifica o titular do certificado não só como indivíduo, mas também como servidor do órgão público em que está lotado, sendo vedada a emissão do Cert-JUS Poder Público para servidores de órgãos do Poder Judiciário.

Os certificados digitais Cert-JUS Magistrado destinam-se exclusivamente aos MAGISTRADOS do Poder Judiciário, autorizados pela autoridade competente

do seu atual órgão de atuação a recebê-los. Identificam os titulares não só como indivíduos, mas também como Magistrados do Poder Judiciário.

1.3.4. Partes Confiáveis

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

1.3.5. Outros Participantes

1.3.5.1. A relação de todos os Prestadores de Serviços de Suporte – PSS, Prestadores de Serviços Biométricos – PSBios e Prestadores de Serviço de Confiança – PSC vinculados à AC VALID JUS e/ou por intermédio de suas AR é publicada em serviço de diretório e/ou em página web da AC VALID JUS (<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=315>).

1.4. Usabilidade do Certificado

1.4.1 Uso Adequado do Certificado

1.4.1.1. Neste item são relacionadas as aplicações para as quais os certificados definidos nesta PC são adequados.

1.4.1.2. As aplicações e demais programas que admitem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP-Brasil devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3. A AC VALID JUS leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados – LCR e extensão do período de validade do certificado.

Os certificados emitidos pela AC VALID JUS no âmbito desta PC podem ser utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.4. Os certificados de tipo A3 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.2. Uso Proibitivo do Certificado

Não se aplica.

1.5. Política de Administração

1.5.1. Organização administrativa do documento

Nome da AC: AC VALID JUS

1.5.2. Contatos

Endereço: Alameda Rio Claro, 241 - Bela Vista - São Paulo, SP -

CEP: 01332-010

Telefone: (11)2575-6800

Página Web: <http://www.validcertificadora.com.br>

E-mail: pki.compliance@valid.com

1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC

Nome: Márcio Nunes da Silva

E-mail: pki.compliance@valid.com

Telefones: (11)2575-6800

1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC

Esta PC é aprovada pelo ITI. Os procedimentos de aprovação da PC da AC são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6. Definição e Acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
ACT	Autoridade de Carimbo do Tempo
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CF-e	Cupom Fiscal Eletrônico
CG	Comitê Gestor
CMM-SEI	<i>Capability Maturity Model do Software Engineering Institute</i>
CMVP	<i>Cryptographic Module Validation Program</i>
CN	<i>Common Name</i>
CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COBIT	<i>Control Objectives for Information and related Technology</i>
COSO	<i>Comitee of Sponsoring Organizations</i>
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária

CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CS	<i>Code Signing</i>
DMZ	Zona Desmilitarizada
DN	<i>Distinguished Name</i>
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
EV	<i>Extended Validation</i>
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDS	<i>Intrusion Detection System</i>
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITSEC	<i>European Information Technology Security Evaluation Criteria</i>
ITU	<i>International Telecommunications Union</i>
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIST	<i>National Institute of Standards and Technology</i>
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
OID	<i>Object Identifier</i>
OM-BR	Objetos Metrológicos ICP-Brasil
OU	<i>Organization Unit</i>
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Políticas de Certificado
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PIS	Programa de Integração Social
POP	<i>Proof of Possession</i>
PS	Política de Segurança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	<i>Request For Comments</i>
RG	Registro Geral
SAT	Sistema de Autenticação e Transmissão
SNMP	<i>Simple Network Management Protocol</i>
SSL	<i>Secure Socket Layer</i>
TCSEC	<i>Trusted System Evaluation Criteria</i>
TSDM	<i>Trusted Software Development Methodology</i>
UF	Unidade de Federação
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID JUS.

2.1. Repositórios

2.2. Publicação de informações dos certificados

2.3. Tempo ou Frequência de Publicação

2.4. Controle de Acesso aos Repositórios

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID JUS.

3.1. Nomeação

3.1.1. Tipos de nomes

3.1.2. Necessidade de nomes significativos

3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado

3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes

3.1.5. Unicidade de nomes

3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes

3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas

3.2. Validação Inicial de Identidade

3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada

3.2.2. Autenticação da identificação da organização

3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação

3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo

3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado

3.2.6. Validação das autoridades

3.2.7. Critérios para interoperação

3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves

3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves

3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação

3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação

4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID JUS.

4.1. Solicitação do certificado

4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado

4.1.2. Processo de registro e responsabilidades

4.2. Processamento de Solicitação de Certificado

4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação

4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado

4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado

4.3. Emissão de Certificado

4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado

4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado

4.4. Aceitação de Certificado

4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado

4.4.2. Publicação do certificado pela AC

4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades

4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado

4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular

4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis

4.6. Renovação de Certificados

4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados

4.6.2. Quem pode solicitar a renovação

4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados

4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular

4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado

4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC

4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.7. Nova chave de certificado

4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado

4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública

4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado

4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada

4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC

4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.8. Modificação de certificado

4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado

4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado

4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado

4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado

4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC

4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.9. Suspensão e Revogação de Certificado

4.9.1. Circunstâncias para revogação

4.9.2. Quem pode solicitar revogação

4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação

4.9.4. Prazo para solicitação de revogação

4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação

4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis

4.9.7. Frequência de emissão de LCR

4.9.8. Latência máxima para a LCR

4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line

4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line

4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação

4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave

4.9.13. Circunstâncias para suspensão

4.9.14. Quem pode solicitar suspensão

4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão

4.9.16. Limites no período de suspensão

4.10. Suspensão e Revogação de Certificado

4.10.1. Características operacionais

4.10.2. Disponibilidade dos serviços

4.10.3. Funcionalidades operacionais

4.11. Encerramento de atividades

4.12. Custódia e recuperação de chave

4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave

4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão

5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID JUS.

5.1. Controles físicos

5.1.1. Construção e localização das instalações

5.1.2. Acesso físico

5.1.3. Energia e ar-condicionado

5.1.4. Exposição à água

5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio

5.1.6. Armazenamento de mídia

5.1.7. Destruição de lixo

5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC

5.2. Controles Procedimentais

5.2.1. Perfis qualificados

5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa

5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil

5.2.4. Funções que requerem separação de deveres

5.3. Controles de Pessoal

5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade

5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes

5.3.3. Requisitos de treinamento

5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica

-
- 5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos**
 - 5.3.6. Sanções para ações não autorizadas**
 - 5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal**
 - 5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal**
 - 5.4. Procedimentos de Log de Auditoria**
 - 5.4.1. Tipos de eventos registrados**
 - 5.4.2. Frequência de auditoria de registros**
 - 5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria**
 - 5.4.4. Proteção de registros de auditoria**
 - 5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria**
 - 5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)**
 - 5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos**
 - 5.4.8 Avaliações de vulnerabilidade**
 - 5.5. Arquivamento de Registros**
 - 5.5.1. Tipos de registros arquivados**
 - 5.5.2. Período de retenção para arquivo**
 - 5.5.3. Proteção de arquivo**
 - 5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo**
 - 5.5.5. Requisitos para datação de registros**
 - 5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)**
 - 5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo**
 - 5.6. Troca de chave**
 - 5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre**
 - 5.7.1. Procedimentos de gerenciamento de incidente e comprometimento**

5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos

5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade

5.7.4 Capacidade de continuidade de negócio após desastre

5.8. Extinção da AC

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Nos itens seguintes, está PC define as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo a mesma. São também definidos outros controles técnicos de segurança utilizados pela AC VALID JUS e pelas ARs vinculadas na execução de suas funções operacionais.

6.1. Geração e Instalação do par de chaves

6.1.1. Geração do par de chaves

6.1.1.1. O par de chaves criptográficas é gerado pelo titular do certificado, quando este for uma pessoa física. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, está indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica

6.1.1.2 A geração do par de chaves criptográficas ocorre, no mínimo, utilizando CSP (*Cryptographic Service Provider*) existente na estação do solicitante apresentado pelo browser e, quando da geração, a chave privada é armazenada no HD da estação. A chave privada poderá não ser exportada.

6.1.1.3 O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados adota o padrão RSA conforme definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada do titular do certificado deve ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1]. As chaves privadas correspondentes aos certificados poderão ser armazenadas em repositório protegido por senha, hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.1.5 A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior.

6.1.1.6. A mídia de armazenamento da chave privada utilizado pelo titular assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

a) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;

b) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e que está protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e

c) a chave privada utilizada na geração de uma assinatura pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. Esta mídia de armazenamento não deve modificar os dados a serem assinados, nem impedir que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8. O armazenamento de chaves privadas de terceiros em hardware criptográfico só poderá ser realizada por entidade credenciada como PSC, nos termos do DOC-ICP-17[4], ou no caso de soluções corporativas de armazenamento de chaves privadas de funcionários, em HSM de propriedade da instituição, mediante o conhecimento e concordância expressa do titular do certificado com a DPC da AC VALID JUS, que atendam as aplicações demandadas das organizações, com acesso exclusivo por meio da rede interna.

O tipo de certificado emitido pela AC VALID JUS e descrito nesta PC é o A3.

TIPO DE CERTIFICADO	MÍDIA ARMAZENADORA DE CHAVE CRIPTOGRÁFICA (Requisitos Mínimos)
A3	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

Nota: A responsabilidade pela segurança na garantia do sigilo, integridade e disponibilidade da chave privada gerada no equipamento é do titular ou responsável pelo uso do certificado, conforme especificado no Termo de Titularidade.

6.1.2. Entrega da chave privada à entidade

Não se aplica.

6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado

Chaves públicas são entregues à AC VALID JUS por meio de uma troca *on-line* utilizando funções automáticas do *software* de certificação da AC VALID JUS. A

mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação.

A entrega da chave pública do solicitante do certificado, é feita por meio eletrônico, em formato PKCS#10, através de uma sessão segura SSL - *Secure Socket Lafer*

6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação, para os usuários da AC VALID JUS, compreendem:

A AC VALID JUS disponibiliza o seu certificado, e de todos os certificados da cadeia de certificação, para os usuários da ICP-Brasil, através de endereço Web:

- a) Página web da AC VALID JUS
<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=315>
- b) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

6.1.5. Tamanhos de chave

6.1.5.1. Os certificados emitidos de acordo com esta PC situam-se sob a cadeia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira (V2 e V5). O tamanho das chaves criptográficas associadas é de 2048 bits.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho de chaves criptográficas utilizados no certificado Tipo A3 da ICP-Brasil está em conformidade com o definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1].

6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas da AC VALID JUS seguem o padrão de Homologação da ICP-Brasil ou Certificação INMETRO, em conformidade ao estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas dos titulares de certificados adotam, no mínimo, o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1].

Os parâmetros são verificados de acordo com as normas estabelecidas pelo padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1].

6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)

Os certificados têm ativados os bits digitalSignature, nonRepudiation e keyEncipherment. Os pares de chaves correspondentes aos certificados emitidos pela AC VALID JUS podem ser utilizados para a assinatura digital (chave privada), para a verificação dela (chave pública), para a garantia do não repúdio e para cifragem de chaves.

6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico

Nos itens seguintes, a PC define os requisitos para a proteção das chaves privadas dos titulares de certificados emitidos pela AC VALID JUS.

6.2.1. Padrões para módulo criptográfico

6.2.1.1. Não se aplica

6.2.1.2. Os requisitos aplicáveis ao módulo criptográfico utilizado para geração de chaves criptográficas dos titulares de certificado segue os definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1].

6.2.2. Controle “n de m” para chave privada

Não se aplica.

6.2.3. Custódia (escrow) de chave privada

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (*escrow*) de chaves privadas, isto é, não se permite que terceiros possam legalmente obter uma chave privada sem o consentimento de seu titular.

6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada

6.2.4.1. Qualquer titular de certificado poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2 A AC VALID JUS responsável por esta PC não mantém cópia de segurança de chave privada de titular.

6.2.4.3 A cópia de segurança deverá ser armazenada cifrada por algoritmo simétrico aprovado pelo documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS NA ICP-BRASIL [1] e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4. Não se aplica.

6.2.5 Arquivamento de chave privada

6.2.5.1 Não se aplica, uma vez que a ICP-Brasil não admite o arquivamento de chaves privadas de assinatura digital.

6.2.5.2. Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico

Não se aplica.

6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico

Ver item 6.1.

6.2.8. Método de ativação de chave privada

A chave privada é ativada mediante senha solicitada pelo *software* de proteção da chave privada.

6.2.9. Método de desativação de chave privada

Cada entidade titular de certificado pode definir os procedimentos necessários para a desativação da sua chave privada.

6.2.10. Método de destruição de chave privada

Cada entidade titular de certificado pode definir os procedimentos necessários para a destruição da sua chave privada.

6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves

6.3.1 Arquivamento de chave pública

As chaves públicas da AC VALID JUS, de titulares dos certificados de assinatura digital e as LCRs emitidas pela AC VALID JUS são armazenadas permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2 Períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1. As chaves privadas dos respectivos Titulares são utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas poderão ser utilizadas durante todo o período

de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2. Não se aplica.

6.3.2.3. Certificados do tipo A3 previstos nesta PC podem ter a validade de minutos, horas, dias e até 5 (cinco) anos.

6.3.2.4. Não se aplica.

6.3.2.5. Não se aplica.

6.4 Dados de Ativação

Nos itens seguintes desta PC são descritos os requisitos de segurança referentes aos dados de ativação. Os dados de ativação, distintos das chaves criptográficas, são aqueles requeridos para a operação de alguns módulos criptográficos.

6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são únicos e aleatórios.

6.4.2 Proteção dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são protegidos contra uso não autorizado.

6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação

Não se aplica.

6.5 Controles de Segurança Computacional

6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

O titular do certificado é responsável pela segurança computacional dos sistemas nos quais são geradas e utilizadas as chaves privadas e deve zelar por sua integridade. O equipamento onde são gerados os pares de chaves criptográficas do titular do certificado deve dispor de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, com proteção antivírus e criptografia 3DES para a chave privada, armazenada no HD.

6.5.2 Classificação da segurança computacional

Não se aplica.

6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida

Não se aplica.

6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema

6.6.1.1. A AC VALID JUS utiliza os modelos clássico espiral e SCRUM no desenvolvimento dos sistemas, de acordo com a melhor adequação destes modelos ao projeto em desenvolvimento. São realizadas as fases de requisitos, análise, projeto, codificação e teste para cada interação do sistema utilizando tecnologias de orientação a objetos. Como suporte a esse modelo, a AC VALID JUS utiliza uma gerência de configuração, gerência de mudança, testes formais e outros processos.

6.6.1.2. Os processos de projeto e desenvolvimento conduzidos pela AC VALID JUS provêm documentação suficiente para suportar avaliações externas de segurança dos componentes da AC VALID JUS.

6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança

6.6.2.1. A AC VALID JUS verifica os níveis configurados de segurança com periodicidade semanal e através de ferramentas do próprio sistema operacional. As verificações são feitas através da emissão de comandos de sistema e comparando-se com as configurações aprovadas. Em caso de divergência, são tomadas as medidas para recuperação da situação, conforme a natureza do problema e averiguação do fato gerador do problema para evitar sua recorrência.

6.6.2.2. A AC VALID JUS utiliza metodologia formal de gerenciamento de configuração para a instalação e a contínua manutenção do sistema.

6.6.3 Classificações de segurança de ciclo de vida

Não se aplica.

6.6.4 Controles na geração da LCR antes de publicadas

Antes de publicadas, todas as LCRs geradas pela AC VALID JUS são checadas quanto à consistência de seu conteúdo, comparando-o com o conteúdo esperado em relação a número da LCR, data/hora de emissão e outras informações relevantes.

6.7. Controles de Segurança de Rede

Não se aplica.

6.8 Carimbo de Tempo

Não se aplica.

7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP

Os itens seguintes especificam os formatos dos certificados e das LCR/ OCSP gerados segundo esta PC. São incluídas informações sobre os padrões adotados, seus perfis, versões e extensões.

7.1 Perfil do Certificado

Todos os certificados emitidos pela AC VALID JUS estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1 Número de versão

Todos os certificados emitidos pela AC VALID JUS, segundo esta PC, implementam a versão 3 de certificado definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2 Extensões de certificado

7.1.2.1. A AC VALID JUS implementa as mesmas extensões definidas como obrigatórias na ICP-Brasil, descritas no item 7.1.2.2.

7.1.2.2. A AC VALID JUS implementa nos certificados emitidos segundo esta PC as seguintes extensões, definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

- a) “**Authority Key Identifier**”, **não crítica**: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID JUS;
- b) “**Key Usage**”, crítica: configurados conforme disposto no item 7.1.2.7 deste documento;
- c) “**Certificate Policies**”, não crítica, contém

O campo `policyIdentifier` contém o OID desta PC **2.16.76.1.2.3.44**.

- ✓ O campo `PolicyQualifiers` contém o endereço Web onde se obtém a DPC da AC VALID JUS, onde: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/dpc-ac-validjusv5.pdf>

d) “**CRL Distribution Points**”, **não crítica**: contém o endereço *URL* das páginas *Web* onde se obtém a LCR da AC VALID JUS:

Para Certificados Digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/lcr-ac-validjusv5.crl>

<http://icp-brasil2.validcertificadora.com.br/ac-validjus/lcr-ac-validjusv5.crl>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/lcr-ac-validjusv2.crl>

<http://icp-brasil2.validcertificadora.com.br/ac-validjus/lcr-ac-validjusv2.crl>

e) **“Authority Information Access”, não crítica:** contém o método de acesso id-ad-calssuer, utilizando o protocolo de acesso HTTP, para a recuperação da cadeia de certificação.

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/ac-validjusv2.p7b>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/ac-validjusv5.p7b>

A segunda entrada pode conter o método de acesso id-ad-ocsp, com o respectivo endereço do respondedor OCSP, utilizando o protocolo de acesso HTTP, nos seguintes endereços, onde estas extensões somente serão aplicáveis para certificados de usuário final:

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://ocsp.validcertificadora.com.br>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://ocspv5.validcertificadora.com.br>

f) **“basicConstraints”, não crítica:** contém o campo cA=False. (Não obrigatório)

7.1.2.3. A ICP-Brasil também define como obrigatória a extensão *“Subject Alternative Name”*, não crítica, e com os seguintes formatos:

a.1) 3 (três) campos otherName, obrigatórios, contendo:

OID = 2.16.76.1.3.1 e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do titular, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do titular; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Número de Identificação Social - NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número

do Registro Geral - RG do titular; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF.

OID = 2.16.76.1.3.6 e conteúdo = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Específico do INSS (CEI) da pessoa física titular do certificado.

OID = 2.16.76.1.3.5 e conteúdo = nas primeiras 12 (doze) posições, o número de inscrição do Título de Eleitor; nas 3 (três) posições subsequentes, a Zona Eleitoral; nas 4 (quatro) posições seguintes, a Seção; nas 22 (vinte e duas) posições subsequentes, o município e a UF do Título de Eleitor.

a.2) 1 (um) campo otherName, obrigatório para certificados digitais cujas titularidades foram validadas pela AR dos conselhos de classes profissionais regulamentados por lei específica, contendo:

OID = 2.16.76.1.4.2.n e conteúdo = de tamanho variável correspondente ao número de identificação profissional emitido por conselho de classe profissional e outras informações, se necessário.

a.3) 1 (um) campo otherName, obrigatório, para certificados vinculados ao Documento RIC, contendo:

OID = 2.16.76.1.3.9 e conteúdo = nas primeiras 11 (onze) posições, o número de Registro de Identidade Civil.

a.4) Não aplicável.

b) Para certificado de pessoa jurídica, 4 (quatro) campos otherName, obrigatórios, contendo, nesta ordem:

OID = 2.16.76.1.3.4 e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do RG do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF;

OID = 2.16.76.1.3.2 e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;

OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica titular do certificado;

OID = 2.16.76.1.3.7 e conteúdo = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Específico do INSS (CEI) da pessoa jurídica titular do certificado.

c) Não se aplica.

d) Não se aplica.

e) Não se aplica.

7.1.2.4. Os campos otherName definidos como obrigatórios pela ICP-Brasil devem estar de acordo com as seguintes especificações:

a) O conjunto de informações definido em cada campo otherName é armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING, com exceção do campo UPN que possui uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 UTF8 STRING;

b) Quando os números de NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes são integralmente preenchidos com caracteres “zero”;

c) Se o número do RG não estiver disponível, não é preenchido o campo de órgão emissor/UF. O mesmo ocorre para o campo do município e UF se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;

d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente, exceto nos casos de certificado digital cuja titularidade foi validada pela AR de conselho de classe profissional;

e) Todas as informações de tamanho variável, referentes a números, tal como RG, são preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, sendo utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;

g) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais, com exceção do campo UPN que utiliza caracteres especiais;

h) Não se aplica.

7.1.2.5. Campos `otherName` adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidos pela AC VALID JUS, podem ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC Raiz.

Campos `otherName` não obrigatórios quando não utilizados não terão seus OID incluídos no certificado.

7.1.2.6. Os outros campos que compõem a extensão "*Subject Alternative Name*" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.2.7. As extensões "*Key Usage*" e "*Extended Key Usage*" para os referidos tipos de certificado são obrigatórias e obedecem aos propósitos de uso e a criticidade conforme descrição abaixo:

Para os demais certificados de Assinatura e/ou Proteção de e-Mail: "*Key Usage*", crítica: contém o bit `digitalSignature` ativado, podendo conter os bits `keyEncipherment` e `nonRepudiation` ativados; "*Extended Key Usage*", não crítica: no mínimo um dos propósitos `client authentication` OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2 ou `E-mail protection` OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.4 está ativado, podendo implementar outros propósitos instituídos, desde que verificáveis e previstos nesta PC, em conformidade com a RFC 5280.

7.1.3. Identificadores de algoritmo

Certificados emitidos pela AC VALID JUS são assinados com o uso do algoritmo RSA com SHA-256 como função de hash (OID = 1.2.840.113549.1.1.11), conforme o padrão PKCS#1, observados os algoritmos admitidos no âmbito da ICP-Brasil, documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

7.1.4 Formatos de nome

7.1.4.1. O nome do titular do certificado, constante do campo "Subject", adota o "Distinguished Name" (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

a). O conteúdo do DN apresenta-se da seguinte forma para os certificados Cert-JUS Institucional:

C = BR

O = ICP-Brasil

OU = AC VALID JUS

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência, AR Eletrônica ou certificado digital)

OU= <outras OU implementadas pela ICP-Brasil >

OU = Cert-JUS JUS Institucional <Tipo de Certificado>

OU=<Órgão de Lotação do Titular< - >Sigla do órgão>

OU=<Cargo do Titular>

CN=<Nome do Titular><:><#####>

- Os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos.
- Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente.
- Os últimos nove caracteres do campo CN (Common Name) devem ser o nº de matrícula do titular no órgão de lotação, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres.
- Os dados necessários para preenchimento do DN deverão ser os informados pelo órgão na AUTORIZAÇÃO de que trata o item 5.
- Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos.
- No campo CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite de 54 caracteres, vedada a abreviatura
- A informação <Cargo do Titular> deverá ser preenchido SOMENTE com uma das seguintes opções:
 - SERVIDOR;
 - PRESTADOR DE SERVIÇO; ou
 - ESTAGIÁRIO.

SubjectAlternativeName

Nesta extensão o campo otherName com OID 2.16.76.1.3.1 deverá conter obrigatoriamente as informações Data de Nascimento, CPF e RG do titular.

Quando o <nome de login> for informado na AUTORIZAÇÃO de que trata o item 5, deve-se incluir um campo otherName, com OID=1.3.6.1.4.1.311.20.2.3, contendo User Principal Name (UPN) na forma usuário@domínio_institucional.

O preenchimento dos demais campos definidos no DOC-ICP-04 da ICP-Brasil são opcionais.

Extended Key Usage (extendedKeyUsage)

Além dos campos id-kp-clientAuth “client authentication” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.2) e id-kp-emailProtection “E-mail protection” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.4). Pode ainda, conter um campo “SmartCardLogon” (OID= 1.3.6.1.4.1.311.20.2.2) sempre que for solicitado e o UPN for fornecido.

b). O conteúdo do DN apresenta-se da seguinte forma para os certificados Cert-JUS Poder Público:

C = BR

O=ICP-Brasil

OU = AC VALID JUS

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência, AR Eletrônica ou certificado digital)

OU= <outras OU implementadas pela ICP-Brasil

OU = Cert-JUS Poder Público – <A3>

OU = <Órgão de Lotação do Titular ><-><Sigla do órgão>

OU = <Cargo do Titular>

CN = <Nome do Titular><:><#####>

- No formato acima, os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos.
- Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente.
- Os últimos nove caracteres do campo CN (Common Name) devem ser o nº de matrícula do titular no órgão de lotação, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres.
- Os dados necessários para preenchimento do DN serão os informados pelo órgão na AUTORIZAÇÃO.
- Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos.
- O nome e sigla do órgão deverão ser aquelas constantes na Lista de órgãos autorizados publicadas no site da AC-JUS.
- No CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite de 54 caracteres, vedada a abreviatura.

SubjectAlternativeName

Nesta extensão o campo otherName com OID 2.16.76.1.3.1 deverá conter obrigatoriamente as informações Data de Nascimento, CPF e RG do titular.

Quando o <nome de login> for informado na AUTORIZAÇÃO de que trata o item 5, deve-se incluir um campo otherName, com OID=1.3.6.1.4.1.311.20.2.3, contendo User Principal Name (UPN) na forma usuário@domínio_institucional.

O preenchimento dos demais campos definidos no DOC-ICP-04 da ICP-Brasil são opcionais.

Extended Key Usage (extendedKeyUsage)

Além dos campos id-kp-clientAuth “client authentication” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.2) e id-kp-emailProtection “E-mail protection” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.4), pode conter um campo “SmartCardLogon” (OID= 1.3.6.1.4.1.311.20.2.2) sempre que for solicitado e o UPN for fornecido.

c). O conteúdo do DN apresenta-se da seguinte forma para os certificados Cert-JUS Magistrado:

C = BR

O = ICP-Brasil

OU = AC VALID JUS

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação;

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência, AR Eletrônica ou certificado digital)

OU= <outras OU implementadas pela ICP-Brasil >

OU = Cert-JUS Magistrado – <A3>

OU=<Órgão de Lotação do Titular >= PODER JUDICIARIO

OU=<Cargo do Titular> Magistrado

CN=<Nome do Titular><:><#####>

- Os caracteres “<” e “>” delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres “<” e “>” não devem ser incluídos.
- Os caracteres “#” representam os dígitos da matrícula do titular no órgão que autorizou a emissão do certificado. Todos os outros caracteres devem ser interpretados literalmente.
- Os últimos nove caracteres do campo CN (Common Name) devem ser o nº de matrícula do titular no atual órgão de atuação, que autorizou a emissão, completado com caracteres brancos à direita, caso possua tamanho menor do que 9 caracteres.
- Os dados necessários para preenchimento do DN deverão ser os informados pelo órgão na AUTORIZAÇÃO de que trata o item 5.
- Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos.
- No campo CN, caso o nome completo do titular exceda os 54 caracteres, deverá ser escrito até o limite de 54 caracteres, vedada a abreviatura.
- A informação <Cargo do Titular> deverá ser preenchido SOMENTE com a expressão MAGISTRADO;

- A informação <Órgão de Lotação do Titular> conterá sempre a expressão Poder Judiciário.

SubjectAlternativeName

Nesta extensão o campo otherName com OID 2.16.76.1.3.1 deverá conter obrigatoriamente as informações Data de Nascimento, CPF e RG do titular.

Quando o <nome de login> for informado na AUTORIZAÇÃO de que trata o item 5, deve-se incluir um campo otherName, com OID=1.3.6.1.4.1.311.20.2.3, contendo User Principal Name (UPN) na forma usuário@domínio_institucional.

O preenchimento dos demais campos definidos no DOC-ICP-04 da ICP-Brasil são opcionais.

Extended Key Usage (extendedKeyUsage)

Além dos campos id-kp-clientAuth “client authentication” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.2) e id-kp-emailProtection “E-mail protection” (OID=1.3.6.1.5.5.7.3.4). Pode ainda, conter um campo “SmartCardLogon” (OID= 1.3.6.1.4.1.311.20.2.2) sempre que for solicitado e o UPN for fornecido.

7.1.4.2. Não se aplica.

7.1.4.3. Não se aplica.

7.1.4.4. Não se aplica.

7.1.5. Restrições de nome

7.1.5.1. Neste item da PC, são descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. A ICP-Brasil estabelece as seguintes restrições para os nomes, aplicáveis a todos os certificados:

a) não deverão ser utilizados sinais de acentuação, tremas ou cedilhas; e

b) além dos caracteres alfanuméricos, poderão ser utilizados somente os seguintes caracteres especiais:

CARACTERE	CÓDIGO NBR9611 (hexadecimal)
Branco	20
!	21
"	22
#	23

\$	24
%	25
&	26
'	27
(28
)	29
*	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

7.1.6 OID (Object Identifier) de Política de Certificado

O OID atribuído a esta Política de Certificado é: **2.16.76.1.2.3.44**.

Todo certificado emitido segundo essa PC, PC A3 AC VALID JUS, contém o valor desse OID presente na extensão Certificate Policies

7.1.7 Uso da extensão “Policy Constraints”

Não se aplica.

7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo **policyQualifiers** da extensão “*Certificate Policies*” contém o endereço da página *Web* (URL) com a DPC da AC VALID JUS, sendo:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validjus/dpc-ac-validjusv5.pdf>

7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas

Extensões críticas são ser interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2. Perfil de LCR

7.2.1. Número de versão

As LCRs geradas pela AC VALID JUS segundo a PC, implementam a versão 3 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas

7.2.2.1. Neste item são descritas todas as extensões de LCR utilizadas pela AC VALID JUS e sua criticalidade.

7.2.2.2. A AC VALID JUS adota as seguintes extensões de LCR definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

- a) “**Authority Key Identifier**”, **não crítica**: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID JUS que assina a LCR; e
- b) “**CRL Number**”, **não crítica**: contém número sequencial para cada LCR emitida.

7.3. Perfil de OCSP

7.3.1. Número(s) de versão

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID JUS implementam a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 6960

7.3.2. Extensões de OCSP

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID JUS estão em conformidade com a RFC 6960.

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID JUS.

- 8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações**
- 8.2. Identificação/Qualificação do avaliador**
- 8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada**
- 8.4. Tópicos cobertos pela avaliação**
- 8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência**
- 8.6. Comunicação dos resultados**

9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID JUS.

- 9.1. Tarifas**
 - 9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados**
 - 9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado**
 - 9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status**
 - 9.1.4. Tarifas para outros serviços**
 - 9.1.5. Política de reembolso**
- 9.2. Responsabilidade Financeira**
 - 9.2.1. Cobertura do seguro**
 - 9.2.2. Outros ativos**
 - 9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais**
- 9.3. Confidencialidade da informação do negócio**
 - 9.3.1. Escopo de informações confidenciais**
 - 9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais**
 - 9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial**

9.4. Privacidade da informação pessoal

9.4.1. Plano de privacidade

9.4.2. Tratamento de informação como privadas

9.4.3. Informações não consideradas privadas

9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas

9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas

9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo

9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação

9.5. Direitos de Propriedade Intelectual

9.6. Declarações e Garantias

9.6.1. Declarações e Garantias da AC

9.6.2. Declarações e Garantias da AR

9.6.3. Declarações e garantias do titular

9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes

9.6.5. Representações e garantias de outros participantes

9.7. Isenção de garantias

9.8. Limitações de responsabilidades

9.9. Indenizações

9.10. Prazo e Rescisão

9.10.1. Prazo

9.10.2. Término

9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência

9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes

9.12. Alterações

9.12.1. Procedimento para emendas

Alterações nesta PC podem ser solicitadas e/ou definidas pelo Grupo de Práticas e Políticas da AC VALID JUS. A aprovação e consequente adoção de nova versão estarão sujeitas à autorização da AC Raiz.

Qualquer alteração na PC deverá ser submetida à aprovação da AC Raiz.

9.12.2. Procedimento para emendas

A AC VALID JUS mantém página específica com a versão corrente desta PC para consulta pública, a qual está disponibilizada no endereço *Web*:

<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=315>

9.12.3. Procedimento para emendas

9.13. Solução de conflitos

9.14. Lei aplicável

9.15. Conformidade com a Lei aplicável

9.16. Disposições Diversas

9.16.1. Acordo completo

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC VALID JUS e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

10.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

REF.	NOME DO DOCUMENTO	CÓDIGO
[1]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL Aprovado pela Resolução nº 132, de 10 de novembro de 2007	DOC- ICP- 17
[2]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DAS AUTORIDADES DE CARIMBO DO TEMPO DA ICP-BRASIL	DOC- ICP- 12

Aprovado pela Resolução nº 59, de 28 de novembro de 2008

[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL Aprovado pela Resolução nº 06, de 22 de novembro de 2001	DOC-ICP-03
------------	---	------------

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework, november 2003.

RFC 5280, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile, may 2008.

RFC 2818, IETF - HTTP Over TLS, may 2000.

RFC 6960, IETF - X.509 Internet Public Key Infrastructure Online Certificate Status Protocol – OCSP, june 2003.